

O ESPECTRO

Admonet in somnis et turbida terret imago.
Horrido Espectro me atormenta em sonhos.

Lisboa, 20 de dezembro

A questão governamental complica-se, e vai tomando um aspecto mais grave e mais assustador. Convem defini-la com precisão e clareza para desenganar os illusos e tirar aos indifferentes o pretexto da ignorancia.

A revolução do palacio está qualificada dentro e fóra do paiz — aqui por uma sublevação geral, subita e expontanea, lá pela declaração explicita e cathorica dos órgãos officiaes de de todos os grandes partidos.

A revolução e a reacção são coevas — nasceram na mesma noute, são filhas da mesma mãe — é a mesma materia electrica que se inflamma: na côrte é relampago, no paiz é raio e trovão.

Quando a vontade de um povo se manifesta com tamanha velocidade e explosão, quando se sustenta com tanto affinco e enthusiasmo, quando os cidadãos abandonam os seus lares e vão offerecer as suas vidas no altar da patria, essa vontade é a expressão d'uma grande necessidade social, é a unica legitima e soberana, é a base de toda a boa administração, porque só são boas aquellas instituições que reúnem o maximo numero de vontades.

Poderá acontecer que esse povo se engane e que essa vontade assim manifestada seja contraria aos seus verdadeiros interesses? Damos de barato que o seja; o meio de o illustrar não consiste em lhe decretar os fuzilamentos, em suspender as garantias, em aniquilar a representação nacional, em resuscitar os recenseamentos de sangue, em pôr á testa da administração delapidadores confessos e convictos, que destroem a lei fundamental do estado. A vontade erronea do povo (quando erronea fosse) era respeitavel, nascia de um sentimento de moralidade, e devia dirigir-se, convencer-se, mas não castigar-se.

Assim no paiz acha-se de um lado a associação de todos os contribuintes, do proprietário,

do trabalhador, do capitalista, do industrial; do outro a magna caterva dos vampiros, a gente de ganhar, os filhos do orçamento. Acha-se uma nação inteira, no continente e nas ilhas, a protestar contra a conspiração da tenebrosa noute de 6 de outubro, e uma côrte cega e imprevidente, com um exercito de gaiatos presos a cordel, pertendendo dictar a lei a um povo inteiro, quando apenas é reconhecida em algumas terras de Lisboa e seu termo — côrte que podia sumir-se e deixar entregue a gerencia do municipio aos vereadores, que são os seus administradores naturaes.

Se cá dentro a revolução do palacio é assim avaliada pelos resultados, lá fóra não é julgada com menos severidade.

Attribue-se geralmente a revolução da camariha a influencia franceza; suppõe-se que o governo pessoal de Luiz Filippe tem interesse em accomodar a politica portugueza á reaccionaria da Hespanha a fim de ser apoiado nas consequencias do casamento Montpensier, que podem ser-lhe pouco favoraveis. Mas se o rei cidadão forceja por conseguir os fins, não se podia conformar com a brutalidade dos meios, que trahiam todo o seu pensamento e comprometiam o exito da causa que pretendia fazer triumphar.

Foi por isto que o *Journal des Debats*, órgão de Luiz Filippe, se vio forçado a engeitar a obra do seu senhor e a desamparar os instrumentos da sua vontade entregando-os á sua sorte. Eis aqui como aquella folha em data de 29 de outubro se explica:

« Pouco nos importa o resultado do golpe de estado, que o marechal Saldanha, um dos antigos corripheos do radicalismo, acaba de tentar em Portugal. A rainha entrou n'um jogo que lhe pode custar a corôa. O *Nacional* parece até acreditar que esse jogo pode sair mais caro áquella imprudente princeza. N'isto ao menos esperamos que o *Nacional* e o seu correspon-

dente se enganem, e que os portuguezes, aconteça o que acontecer, não se mancharão com um crime absurdo e inutil. Um paiz que muda de constituição quasi todos os annos, e que não faz senão fluctuar entre os golpes d'estado de club e os golpes d'estado de palacio não tem o direito de se mostrar tão rigoroso.

«Pela nossa parte, já o dissemos, é-nos impossivel reconhecer n'este dadalo de intrigas e revoluções o que em Portugal se chama monarchia constitucional. Um ministro a quem não parecia faltar habilidade nem energia, Costa Cabral, antigo clubista, foi ha mezes supplantado por um motim. As cousas não foram depois nem muito melhor, nem muito peor. A queda de Costa Cabral não valeu para Portugal uma liberdade mais, e o thesouro ficou vazio como d'antes. Seria para o encher que a rainha ajudada pelo marechal Saldanha, julgou dever dar um golpe d'estado, e augmentar uma revolução mais a tantas revoluções? Este recurso poucas vezes tem tido bom resultado; d'esta parece destinado a tel-o ainda mais triste, e não seremos nós quem com isso soffrerá. Não gostamos d'estes pretendidos golpes de auctoridade que têm sempre por pretexto firmar a liberdade, mas que começam anticipadamente por suspender todas as liberdades e todos os direitos. Uma constituição suspensa é uma constituição destruida. A liberdade de imprensa e a liberdade individual não existem em Portugal; eis o que é claro para nós no golpe de estado de Lisboa, e é por isto que desde o primeiro momento, não obstante as magnificas promessas consignadas na proclamação e nos decretos da rainha, não acolhemos senão com a mais profunda desconfiança esta especie de contra-parte das revoluções radicaes.

«Não temos necessidade de acrescentar que é absurdo imputar ao governo francez a menor parte do imbroglio de Lisboa. E' a isso comtudo que o *Nacional* queria chegar. Essa folha faz escrever ao seu correspondente de Madrid que Saldanha estando em Paris, no mez d'agosto visitára Guizot e preparára com este ministro o seu golpe d'estado. Eis aqui o que não é mau. Como se esqueceu o *Nacional* que havia exclamado não ha mais de quatro ou cinco dias — «Saldanha! mas não ha muito que elle esteve em Paris, e todas as suas relações denotavam ainda o radicalismo mais puro.» Não precisamos por conseguinte dizer quem visitava o marechal, não era seguramente a mr. Guizot.

«Sem duvida é mui digno de uma folha patriótica fazer cahir sobre mr. Guizot as tolices que se commettem em Lisboa, mas se é o *Nacional* a quem o marechal Saldanha ia visitar durante a sua ultima estada em Paris, é preciso acreditar que esta personagem conspirava então outra cousa que um golpe d'estado monarchico.»

Não é nosso intento commentar as asserções da folha conservadora, basta observar que pela simples leitura d'ella se vê que todos os partidos consideram a alteração ministerial portugueza como uma revolução, *golpe de estado*, que póde comprometter seriamente a corôa, e negam e repellem toda a amisade, toda a connivencia com o marechal Saldanha, a quem tratam por coripeo do radicalismo, clubista e pé fresco, que andou em Paris a farejar o *bonnet rouge* dos republicanos, os calções de mr. Guizot, e o *talon rouge* de Luiz Filippe, e vem a Portugal alardear pergaminhos e chamar canalha áquelles, que não ha muito lhe faziam subscripções com que compravam o seu patriotismo, e viam de avental e trolha com o archote na mão babando liberalismo. Luiz Filippe metteu-o na maromba, e depois envergonhado da má execução chama *imbroglio, tolices* ao feito de 6 de outubro — radical, clubista ao fidalgo paparrotão.

Um portuguez em Paris escreveu ao *Journal des Debats* pedindo-lhe que retratasse a sua opinião, e dizendo-lhe que a carta permite a suspensão da liberdade de imprensa e da liberdade individual, e que os liberaes a tinham violado n'alguns artigos, a essa carta responde aquelle periodico do modo seguinte:

«E' impossivel comtudo que retractemos sobre o essencial das cousas a opinião que emittimos. O nosso correspondente objecta-nos que a carta de D. Pedro permite ao governo suspender, em caso de revolta, a liberdade de imprensa e a liberdade individual (1). Não temos á vista essa carta. Seria necessario vêr se os artigos citados se prestam á interpretação que se lhes dá. A carta de Luiz XVIII continha tambem um artigo no qual os conselheiros da restauração pertenderam achar o direito de destruir a mesma carta e todas as garantias do systema representativo. Sabe-se como a França recebeu a sua jesuitica interpretação! Mas alem d'isso o texto dos decretos expedidos pela rainha de Portugal dispensa-nos d'esta discussão. Estes decretos dizem formalmente que a constituição está suspensa. E' pois verdadeiramente um golpe d'estado que foi dado: a rainha ficou investida d'uma dictadura provisoria. Ora insistimos no nosso principio—uma constituição suspensa é uma constituição destruida.—O fim das constituições não é previnir o arbitrario? E se estas constituições estão sujeitas ao arbitrario então de que serviram ellas?

«... São as nossas proprias desgraças que nos teem ensinado o que valem as constituições suspensas e as liberdades adiadas; gozavamos de uma constituição suspensa quando o comité de

(1) O correspondente devia acrescentar que o governo suspendera as garantias antes de se dar o caso da revolta, o que é contra a carta.

com 80 praças de artilheria e guarnecidas por sete mil homens, sendo entre estes mil e duzentos de linha.

Havia ali oitenta e tantos cavallos, e chegaram alguns de Coimbra no dia 10.

O *Nacional* de 8 diz o seguinte:

«O Porto além do seu liberalismo tem o seu amor proprio comprometido no triunfo do pronunciamento de 9 de outubro. Ninguém pôde dentro dos muros da cidade invicta conspirar impunemente. Nenhuma proposta será accete ao renegado Abreu Casal senão a completa submissão d'elle e dos desgraçados sob o seu commando á junta provisoria do governo supremo do reino.

«Temos dentro dos muros do Porto força mais que sufficiente para derrotar a elle, ao Saldanha e mais camarilheiros de Lisboa. A nossa causa está ganha.»

Por conseguinte pôde estar descansado o *Diario* que o assassínio de Agrella ou não ousa atacar, ou vae receber uma severa lição.

O mesmo *Diario* d'hoje conclue a sua parte noticiosa d'este modo:

«Tambem recebemos noticias do Minho, que dão a villa de Caminha em obediencia ao legitimo governo de S. M., e que na quarta-feira da semana passada tivera logar um choque de uma guerrilha miguelista e uma força dos revoltosos, que tinha saído de Vianna, havendo bastantes mortos e feridos d'uma parte e d'outra.»

Esta noticia é um dos factos, com que comprovamos a doutrina do nosso artigo de fundo. Nós os exauthorados morremos pela rainha, e o *Diario* canta os triunfos dos miguelistas! Até os dá como seus! As terras que acclamam D. Miguel estão em obediencia á rainha! Nós somos atacados pelas forças ministeriaes e pelas de D. Miguel combinadas! E contudo havemos de resistir a ambas ou morrer gloriosamente.

Fenomeno singular! Exauthorados pela rainha somos maltratados pelos que lhe querem usurpar o throno, e aquelles a quem S. M. considera fazem causa commum com os inimigos d'ella!

Uma de duas, ou esses homens que acclamam D. Miguel são cabralistas, ou as forças de Casal são miguelistas. O que não tem duvida é que todos são absolutistas, e contra todos os absolutistas combatemos nós.

Temos presente documentos authenticos e legaes, que mostram por um lado a franqueza, se não traição, do brigadeiro José Maria de Sousa, e por outro a escandalosa intervenção do governo de Hespanhá, na entrega da praça de Valença no dia 3 de dezembro, ás forças navaes do governo de Lisboa pertencentes aos navios de guerra fundeados em Vigo.

D'estes documentos que em tempo devido serão publicados, se evidencia—que tendo-se manifestado na provincia do Minho a revolta miguelista nos fins de novembro, e tendo-se ella ateado até ás raías do concelho, e muros da praça de Valença, o seu governador, sem esperar a chegada dos soccorros que havia pedido para Vianna, e que de facto lhe foram mandados debaixo do commando do Monte Alverne, abriu a porta da Gaviarra, do lado de Tuy, ás referidas forças navaes do governo de Lisboa, sob o falso pretexto de não poder defender a praça das guerrilhas miguelistas, e preferir entrega-la ás tropas da rainha.

Mostra-se mais d'estes importantes documentos, que a guarnição e maruja dos navios de guerra do governo de Lisboa fundeados em Vigo, ali desembarcára, na força de 300 a 400 homens, e atravessára o territorio hespanhol até á cidade de Tuy, por onde fizeram sua entrada na praça de Valença; e que a esta negaram as auctoridades do reino visinho todos e quaesquer soccorros contra os revoltosos miguelistas, em quanto não reconhecesse o governo de Lisboa. Estes factos fallam por si, e não carecem de commentarios.

As noticias da cidade são—que ante-hontem chegára á capital em desgraçado estado a cavallaria da municipal, que d'aqui saíra com o coronel Lapa, e hontem entraram dois parques de artilheria, da que fôra com o exercito do Saldanha.

Não sabemos a causa d'esta retirada, quando o logar-tenente prometeu avançar sempre. Diz-se que a deserção da sua tropa para o exercito popular continua, e que por isso é necessario obstar todo o contacto, e até aproximação.

As prisões hoje fervem.

Os populares em Setubal chamaram ás armas os cidadãos de 18 a 40 annos de idade: o governo de Lisboa gritou contra esta violencia, quando elle chama os de 18 a 45, que vae apanhando a cordel. A espontaneidade consiste, pois, em 5 annos mais e nas algemas aos pulsos. Em pouco está ás vezes um grande melhoramento e a prova d'um governo nacional.

O ministerio tem chamado a si o dinheiro de todos os cofres dos orphãos e as pratas das egrejas d'aquellas povoações, que estão sujeitas ao seu dominio.

Diz-se que se vae fazer dinheiro na casa da moeda, e talvez seja d'estas pratas. Em troco dos bellos cruzados novos e cruces das egrejas os orphãos e as confrarias receberão o floreado papel do banco de Portugal.

De uma folha do Porto transcrevemos o seguinte documento official. Em quanto o duque de Saldanha manda gritar de 15 em 15 dias no

seu *Diario*—Lá vem mais um—lá se apresenta um soldado— as forças populares são engrossadas com centenaes dos seus camaradas.

Deve notar-se que a maior apresentação das forças ministeriaes ás forças populares tem sido desde o principio d'este mez, em que começaram as operações do exercito liberal, desertando da força do coronel Lapa 22 soldados de cavallaria, que se apresentaram ao conde do Bomfim. A relação é só dos reunidos até 30 de novembro, e porisso hoje aquelle numero é muito mais elevado. Eis-ahi o documento:

Relação das praças reunidas ao exercito de operações desde 16 de outubro até 30 de novembro de 1846.

Coronel de cavallaria.....	1
Tenente coronel, dito.....	1
Major, dito.....	1
Ditos de infantaria.....	2
Capitães de artilheria.....	3
Ditos de cavallaria.....	2
Dito de caçadores.....	1
Ditos de infantaria.....	4
Dito da guarda municipal de Lisboa...	1
Primeiro tenente do estado maior.....	1
Ditos de engenheiros.....	2
Ditos de artilheria.....	4
Dito de cavallaria.....	1
Ditos de caçadores.....	3
Ditos de infantaria.....	3
Ditos de 1. ^a seccção do exercito.....	3
Dito de 3. ^a dita.....	1
Segundos tenentes de artilheria.....	4
Alferes de cavallaria.....	7

45

Transporte.....

Ditos de caçadores.....	12
Ditos de infantaria.....	4
Ditos da guarda municipal de Lisboa...	2
Ditos da 1. ^a seccção do exercito.....	5
Ditos do ultramar.....	2
Dito alumno de cavallaria.....	1
Dito dito de infantaria.....	1
Cirurgião-mór de cavallaria.....	1
Dito de infantaria.....	1
Cirurgião-ajudante de caçadores.....	1
Picador da guarda municipal de Lisboa.	1
Dito da 1. ^a seccção do exercito.....	1
Aspirantes de marinha.....	4
Sargento de artilheria.....	1
Dito do batalhão naval.....	1
Ditos de cavallaria.....	17
Ditos de caçadores.....	20
Ditos de infantaria.....	16
Dito de veteranos.....	1
Dito da guarda municipal de Lisboa....	1
Dito do corpo de segurança publica de Santarem.....	1
Clarins de cavallaria.....	3
Corneteiro de caçadores.....	1
Coronheiro dito.....	1
Ferrador.....	1
Cabos, anspeçadas e soldados d'artilheria	8
Ditos do batalhão naval.....	5
Ditos de cavallaria.....	89
Ditos de caçadores.....	49
Ditos de infantaria.....	60
Cabos do corpo telegraphico.....	2
Ditos da guarda municipal de Lisboa...	17
<hr/>	
Diferentes funcionarios.....	375
<hr/>	
	6

381